

Marx e Piaget: aproximações teóricas e epistemológicas

Adrian Oscar Dongo-Montoya¹

¹Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Marília/SP – Brasil

RESUMO – Marx e Piaget: aproximações teóricas e epistemológicas. Este estudo propõe mostrar as aproximações do pensamento de Piaget com o de Marx em função da pesquisa sociológica de ambos os autores. Essas aproximações se manifestam nisto: as relações entre as partes e o todo societário, as relações entre a ação material e as representações sociais, as relações entre a sincronia e a diacronia e o papel das centrações e descentrações na formação das representações individuais e coletivas. Nessa perspectiva, analisaremos principalmente os estudos de Piaget sobre tais questões. Não deixaremos de analisar alguns estudos do próprio Marx e de seus seguidores sobre questões análogas, a fim de verificar supostas aproximações. Os resultados da nossa pesquisa evidenciam aproximações teóricas entre ambos os autores.

Palavras-chave: Pensamento de Piaget. Pensamento de Marx. Ação e Representação. Sincronia e Diacronia. Ciência e Ideologia.

ABSTRACT – Marx and Piaget: theoretical and epistemological approaches. The present paper aims at showing the closeness between Piaget's and Marx's thoughts concerning basic theory and epistemology issues of sociological research. Specifically, about the way both authors study the relation between these parts and the whole social aspects, the relation between the material action and social representation, the relation between sync and diachrony and finally the relation between scientific and ideological activities. In such perspective, it will be analyzed Piaget's studies regarding sociology and his agreement points with Marx's thesis. The results of such research prove the existence of real nearness between both thoughts and what was analyzed.

Keywords: Piaget's Thought. Marx's Thought. Action and Representation. Synchrony and Diachrony. Science and Ideology.

Introdução

Pode ser surpreendente afirmar que Piaget realizou contribuições significativas para a definição da pesquisa em sociologia; mais surpreendente ainda poder afirmar que entre o pensamento dele e o de Karl Marx existem aproximações teóricas e epistemológicas.

Lucien Goldmann (1970), destacado sociólogo marxista francês, na sua obra *Marxismo e Ciências Humanas*, salienta que o método positivo nas ciências humanas e o método marxista alcançaram uma definição precisa com o termo *estruturalismo genético* de Jean Piaget. O mesmo autor, em outra obra teórica, afirma que “A maioria dos trabalhos concretos relativos à sociedade ou à vida, posteriores a Marx, desde Freud até Piaget, possuem uma inspiração estruturalista e genética” (Goldmann, 1972, p. 70-71). Piaget (1975a), na sua primeira obra de síntese, publicada originalmente em 1950, ao definir conceitos básicos da pesquisa sociológica, aponta pontos de vista análogos aos postulados e às teses de Marx.

Não podemos deixar de destacar a afirmação de Czeslaw Nowinski de que a evolução do pensamento de Piaget – quando da passagem da teoria da gênese das primeiras formas de equilíbrio do pensamento para a teoria dialética da filiação das estruturas, enquanto processos de equilíbrio e de reequilíbrio contínuos – evidencia uma convergência com o método elaborado por Karl Marx. Esse autor escreve que a teoria de Piaget “se aproxima então da metodologia elaborada por Marx no *Capital* e que o parentesco dos métodos entre a psicologia genética e a teoria de Marx é por vezes surpreendente” (Nowinski, 1967, p. 878-880).

No presente trabalho, salientaremos as análises e enunciados de Piaget que evidenciam uma aproximação do seu pensamento com os de Marx, no que tange a conceitos básicos da investigação sociológica. Contudo, não deixaremos de salientar afirmações do próprio Marx e de seus seguidores referentes a tais conceitos, as quais permitem corroborar a aproximação postulada.

Seria difícil negar a contribuição de Piaget para a pesquisa sociológica. Os estudos de De la Talle (1992), Freitag (1984), Habermas (1983), Goldmann (1971; 1972; 1979) e Dongo-Montoya (2009; 2012; 2014) evidenciam essa contribuição. Contudo, é preciso dizer, são poucos os trabalhos que se debruçaram sobre a contribuição desse autor para a definição da pesquisa sociológica e resgatar pontos de encontro entre ele e Karl Marx. No trabalho de Dongo-Montoya (2014) encontramos, de forma secundária, alguns elementos de aproximação entre o pensamento de Piaget e Marx.

Foram poucos os trabalhos de natureza sociológica de Piaget. Não obstante, esses poucos trabalhos, que foram organizados na forma de monografia como *Estudos Sociológicos* (1965/1973), tiveram como ponto de partida os resultados de pesquisas epistemológicas e psicológicas concretas. Esses estudos não consistiram numa simples aplicação de conceitos psicológicos ao campo coletivo, mas constituíram um esforço de construção de um novo modo de pensar os problemas sociológicos

concretos e de descobrir mecanismos comuns entre a sociologia e a psicologia.

Piaget se interessou tanto pela sociologia como pela psicologia, pois entendia que o desenvolvimento dessa área de conhecimento contribuiria significativamente para o avanço da epistemologia genética e, reciprocamente, o avanço desta contribuiria para o desenvolvimento da sociologia. Como se sabe, a epistemologia genética tem como fonte de apoio tanto investigações psicogenéticas como sociogenéticas.

Nos seus trabalhos sociológicos, Piaget postula que, apesar das diferenças entre a sociologia e a psicologia, ambas as disciplinas enfrentam os mesmos problemas básicos, pois elas estudam a conduta humana – individual e coletiva – em sua adaptação ao meio ambiente físico e social. Desse modo, tanto no comportamento individual quanto no comportamento coletivo, certos problemas básicos se colocam de maneira análoga: relação entre o todo e as partes, relação entre ações materiais e representações, relações entre estrutura e gênese, papel dos fenômenos de centração e de descentração na formação das representações individuais e coletivas (ciência e ideologia).

É na solução teórica desses problemas de pesquisa sociológica que procuraremos encontrar convergências entre as teses de Piaget e as de Karl Marx. Pensamos que as convergências na análise dessas questões não são aleatórias, mas se originam num ponto de partida comum. Subjaz aos trabalhos de ambos os autores uma concepção relacional e dialética do estudo da realidade social e a explicação da consciência e das representações a partir da ação humana material.

Assim como a psicologia foi levada a compreender que os dados da consciência não explicam nada de maneira causal, e que a única explicação causal deve remontar da consciência às condutas, quer dizer à ação, assim também a sociologia, descobrindo a relatividade da superestrutura em relação às infraestruturas, apela não às explicações ideológicas, mas sim à explicação da ação: ações executadas em comum para assegurar a vida do grupo social em função de certo meio material, ações concretas e técnicas, que se prolongam em representações coletivas, em vez de derivar delas, a título de aplicações (Piaget, 1973 [1965], p. 24).

Desse modo, analogamente às teses de Marx, que explicam as relações entre a infraestrutura e superestrutura, Piaget estabelece relações entre a causalidade das condutas coletivas e as implicações das representações coletivas. As implicações das representações, quer sejam pré-lógicas ou mesmo quase simbólicas (como as ideologias variadas), quer se coordenem logicamente, como nas representações coletivas racionais (pensamento científico), suas explicações devem remeter, em última análise, às condutas ou ações humanas.

Assim como Piaget procurou superar, no campo da psicologia, a dicotomia instalada secularmente entre consciência e conduta, Marx procurou superar, no campo da sociologia, a dicotomia entre consciência social e ação material. Todavia, é importante destacar que, para

ambos os autores, a superação dessa dicotomia exige reconhecer que a evolução das relações sociais e da consciência não se processa de maneira linear e mecânica.

É sobre as questões teóricas e epistemológicas básicas que podemos começar a encontrar aproximações entre o pensamento desses grandes autores. Desse modo, em lugar de buscar, *a priori*, oposições e divergências teóricas excludentes, seria recomendável que os críticos e os próprios leitores de Piaget realizassem estudos e leituras nessa direção, até como forma de encontrar verdadeiras diferenças conceituais.

Relação entre o Todo e a Parte: a concepção relacional e a indissociabilidade indivíduo-sociedade

As teses sociológicas clássicas de Comte e Durkheim representam um avanço significativo em relação às concepções que tiveram como base o criacionismo medieval e a concepção inata da *natureza humana*. Contudo, o avanço da reflexão sociológica desses autores levou a pôr as relações entre indivíduo e sociedade em função da determinação unilateral do todo social. Assim, observando e analisando as realidades societárias concretas em seu conjunto, eles chegaram a considerar o indivíduo e seu comportamento mental como resultados apenas da ação da totalidade social e não como uma realidade ativa que interferisse na constituição do todo.

A nova relação estabelecida entre indivíduo e sociedade conduziu a problemas fundamentais de explicação sociológica, tais como: se o indivíduo constitui o elemento, e a sociedade constitui o todo, como o todo modifica os elementos pelos quais o todo é formado? A modificação dos indivíduos se efetua somente pela coação e pela imposição dos caracteres que preexistem no todo? De onde surgem essas propriedades preexistentes no todo?

Entre as soluções apresentadas, sobre a relação entre indivíduo e totalidade, podem-se reconhecer três, com as nuances que as caracterizam.

Em primeiro lugar, pode-se evidenciar o esquema atomístico, segundo o qual se reconstrói o todo pela adição das propriedades dos elementos. Historicamente, esse ponto de vista explicou as características do todo coletivo pelos atributos da natureza humana inata dos indivíduos, sem perceber que desse modo trocavam as causas pelos efeitos da socialização humana.

Em segundo lugar, a solução apresentada por Durkheim pode ser caracterizada como o esquema da *emergência*, segundo o qual o todo não é resultado da soma dos elementos supostamente estruturantes, mas, pelo contrário, o todo acrescenta um conjunto de propriedades novas aos elementos estruturados por ele. Mas uma questão precisa ser respondida: de onde provêm as propriedades novas do todo? Essas propriedades emergem espontaneamente da reunião dos elementos?

Como esse segundo ponto de vista explica a consciência coletiva? É interessante observar que, esse segundo ponto de vista, embora rejeite a consciência individual na explicação do todo, apela ao *espírito humano* para explicar a consciência coletiva. Desse modo, a sociologia durkheimiana, ao negar à Psicologia a origem da consciência coletiva, acaba atribuindo a si essa origem.

A consciência coletiva, herdeira de poderes até então inatos ou *a priori* do espírito, apresenta, com efeito, este inconveniente de permanecer uma consciência, ou um foco inconsciente, quer dizer, de herdar deste substancialismo e desta causalidade espirituais, dos quais a sociologia só exime a psicologia, para transferir todo o seu peso para si: a transposição das posições só é então aparente e consiste num simples deslocamento dos problemas genéticos, sem renovação real (Piaget, 1973 [1965], p. 33).

Em terceiro lugar, o esquema do relativismo ou da sociologia concreta postula que o todo social não é nem a reunião de elementos anteriores, nem uma entidade nova que emerge espontaneamente da reunião dos elementos, mas sim um sistema de relações no qual cada relação engendra, enquanto relação, uma transformação dos termos que une. Esse é o ponto de vista postulado por Piaget.

Para Piaget, defender as relações ou interações como base da organização social, longe de apelar para características individuais, como muitos dos seus críticos pensam, significa reafirmar uma posição dialética e relacional.

Segundo esse autor, o caráter individualista de algumas sociologias, que também recorrem à interação, decorre muito mais das insuficiências das análises psicológicas que do conceito de interação. Assim, segundo ele, quando certos autores explicam a vida social, o fazem através de psicologia elementar que atribui ao indivíduo uma lógica já feita ou uma coleção de instintos permanentes, sem observar que as entidades consideradas por eles como fatos individuais básicos dependem, elas também, de interações mais profundas. Como se sabe, a pesquisa psicogenética de Piaget (1936/1977; 1937/1996) mostrou que a *lógica das ações* e as noções práticas do mundo real dependem de interações mais profundas, que se produzem no plano da ação material. Elas não se encontram pré-formadas nem nos instintos nem nos dados exteriores do entorno social.

O defeito comum da maior parte das explicações sociológicas é de ter querido de antemão constituir uma sociologia da consciência ou mesmo do discurso, enquanto que na vida social, como na vida individual, o pensamento procede da ação e a sociedade é essencialmente um sistema de ações, cujas interações elementares consistem, no sentido próprio, em ações modificando umas as outras, segundo certas leis de organização ou de equilíbrio: ações técnicas de fabricação, ações morais e jurídicas de colaboração ou de coação e opressão. Ações intelectuais de comunicação, de pesquisa em comum, ou de crítica mú-

tua, brevemente de construção coletiva e de correspondência das operações (Piaget, 1973 [1965], p. 34).

Sobre a solidariedade entre indivíduo e sociedade e sobre a indissociabilidade do todo e da parte, podemos observar uma afirmação análoga de Marx, o que nos leva a uma primeira aproximação entre esses autores.

Acima de tudo, importa evitar conceber a *sociedade* uma vez mais como uma abstração com que se defronta o indivíduo. O indivíduo é um *ser social*. A manifestação da vida – ainda quando não apareça diretamente sob a forma de manifestação comunal, realizada em associação com outros homens – é, por conseguinte, uma manifestação e afirmação de *vida social*. A vida humana individual e a vida-espécie não são coisas diferentes, conquanto o modo de existência da vida individual seja um modo necessariamente mais *específico* ou mais *geral* da vida-espécie, ou o modo de existência da vida-espécie seja um modo mais específico ou mais geral de vida individual (Marx, 1975).

Bertell Ollman (1975), destacado pesquisador inglês da teoria marxista, defende que a novidade da teoria de Marx é propor a *relação social* como objeto de estudo. Segundo ele, na concepção de Marx sobre a realidade social, a relação social é a unidade mínima de investigação. Segundo esse autor, a compreensão dessa unidade seria a base (o miolo) para compreender a sociologia marxista, cujo objeto de estudo é a sociedade, mas a sociedade concebida em termos de relações ou interações indissociáveis.

Assim, para o terceiro ponto de vista, o interacionista ou relacional, não poderão existir conflitos entre a sociologia e a psicologia. Ambas as disciplinas contribuiriam, pelo contrário, para esclarecer os dois aspectos complementares – individual e social – de cada uma das condutas do homem em sociedade, trate-se de luta, de cooperação, ou de qualquer variedade intermediária de comportamento comum.

Portanto, para Piaget, cada relação social ou interação social constitui uma totalidade nela mesma, produtora de características novas e transformando o indivíduo em sua estrutura mental.

Da interação entre dois indivíduos à totalidade constituída pelo conjunto das relações entre indivíduos de uma mesma sociedade, há, pois, continuidade e, definitivamente, a totalidade assim concebida aparece como consistindo não de uma soma de indivíduos, nem de uma realidade superposta aos indivíduos, mas de um sistema de interações modificando estes últimos em sua estrutura própria (Piaget, 1973 [1965], p. 35).

Relações entre Ações Materiais e Representações Coletivas

Para Piaget, é da análise das ações do indivíduo sobre o meio que procede a explicação das representações individuais, e é da análise das ações coletivas – interações interindividuais – que procede a explicação da consciência e da representação dos grupos sociais, e não o contrário.

Como se sabe, para Piaget a consciência e as diversas formas de representações individuais assentam suas raízes nos esquemas sensório-motores. Por exemplo, o conceito constitui o prolongamento do esquematismo sensório-motor na medida em que se interioriza e reorganiza diante de novos desafios do meio (novas distâncias espaço-temporais e interações sociais que levem em conta pontos de vista dos outros).

Do mesmo modo que Piaget, Marx inaugura uma sociologia concreta que se funda na ação humana, como evidencia sua famosa frase: “Não é a consciência do homem que determina sua maneira de ser; é sua maneira de ser social que determina sua consciência” (Marx, 1977b, p. 24).

Segundo Piaget, portanto, a concepção essencialmente concreta de Karl Marx fornece um quadro singularmente melhor que as concepções idealistas.

O mérito de Karl Marx é, com efeito, ter distinguido nos fenômenos sociais uma infraestrutura efetiva e uma superestrutura oscilante entre o simbolismo e a tomada de consciência adequada, no mesmo sentido (e Marx o declara explicitamente) onde a psicologia é obrigada a distinguir entre o comportamento real e a consciência. A subestrutura são as ações efetivas ou as operações, consistindo em trabalho e em técnicas e unindo os homens em sociedade à natureza: *relações materiais, diz Marx, mas deve-se entender bem que desde as condutas mais materiais de produção, há troca entre o homem e as coisas, isto é, interação indissociável entre os sujeitos ativos e os objetos. É esta atividade do sujeito em interdependência com as reações do objeto que caracteriza essencialmente a posição ‘dialética’, por oposição ao materialismo clássico* (Piaget, 1973 [1965], p. 87-88, grifo nosso).

Contrariamente aos pensadores idealistas, para ele o primeiro pressuposto de toda a história humana é a existência de indivíduos humanos vivos; o primeiro ato histórico destes, que se distinguem dos animais, não é o fato de pensar, mas o de produzir seus meios de vida (o trabalho). Destacamos o pensamento materialista e dialético de Marx a partir da sua crítica ao idealismo da filosofia alemã do século XIX, na sua obra clássica *A Ideologia Alemã*.

A produção de ideias, de representações, da consciência, está de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. A consciência jamais pode ser outra coisa do que ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real. E se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem invertidos como numa câmara escura, tal fenômeno decorre de seu processo histórico de vida (Marx, 1977a, p. 36-37).

É nessa perspectiva de análise que podemos encontrar uma segunda convergência entre o pensamento de Piaget e a sociológica de Karl Marx, pois, para este autor, contrariamente às teses de Augusto

Comte e Durkheim, que explicariam os fatos sociais em função das *representações coletivas*, são as ações sociais que explicam as representações.

Questão da Sincronia e da Diacronia no Desenvolvimento Societário

A explicação do desenvolvimento societário apresenta dificuldades que obedecem à necessidade de levar em conta a análise sincrônica, que considera as inter-relações entre as partes e o todo num determinado estado de equilíbrio (estrutura), e a análise diacrônica, que considera as transformações que ocorrem na passagem de um estado para outro (gênese). Se levarmos em conta ambas as análises, a pergunta a resolver é a seguinte: pode-se considerar o desenvolvimento societário como uma tendência a um equilíbrio terminal, como é o caso da evolução mental, ou ele consiste apenas numa alternância de fases mais ou menos equilibradas ou de desequilíbrios mais ou menos profundos?

As diferentes soluções teóricas que intentaram a análise integrativa da estrutura e gênese mostraram tendências a privilegiar ou a sacrificar uma delas e, com isso, a apresentar soluções dualistas.

Para Piaget, existem duas razões para a tendência ao dualismo epistemológico. A primeira razão está relacionada ao conteúdo da realidade societária que não é integralmente composta ou organizada, na medida em que ela participa do fortuito e da desordem, ao qual o pensamento sociológico teria que se adaptar. A segunda se refere à natureza causal e implicativa dos fatos sociais. A explicação causal se refere às ações materiais que participam no processo de transformação dos estados (gênese); já a implicação se refere ao equilíbrio alcançado que se exprime nas regras e normas sociais. Desse modo, a segunda causa da dificuldade da explicação sociológica se encontra na passagem das relações causais para as relações implicativas.

A existência do fortuito e de desequilíbrios no desenvolvimento das sociedades levanta um desafio difícil para a integração da diacronia e sincronia. Seria fácil pensar a síntese do diacrônico e sincrônico se o conjunto dos fatos sociais estivesse submetido às leis de uma evolução dirigida ou de uma equilibração gradual, sem desordens ou desequilíbrios. Foi o que os construtores das grandes leis evolutivas (Comte e Spencer) quiseram atingir, mas tais tentativas foram consideradas inconsistentes.

Diante dessas soluções consideradas inconsistentes, Piaget lembra que o desenvolvimento do pensamento individual transcorre através de processos de desequilíbrios e conflitos sucessivos até alcançar um estado de equilíbrio mais ou menos estável. Do mesmo modo, no domínio do desenvolvimento societário, esse autor concorda com a proposta de Marx quando este postula a existência de desequilíbrios e conflitos mais ou menos profundos antes da constituição de uma organização societária fundada em valores de equidade e justiça social.

A concepção marxista de um encadeamento dos fatos econômicos para um estado estável de equilíbrio final evidencia, em compensação, a existência de lutas e oposições contínuas; desse modo volta-se a conceber a história como uma sucessão de desequilíbrios mais ou menos profundos, precedendo uma equilibração ulterior (Piaget, 1973 [1965], p. 51).

A possível solução da segunda dificuldade, articulação entre a causalidade e a implicação dos fatos sociais, é ainda mais difícil, pois uma relação de causalidade é diacrônica, está ligada a uma sucessão no tempo, enquanto um laço de implicação é sincrônico, visto que consiste numa relação de necessidade lógica e, por isso, atemporal. Para Piaget, fatos sociais de natureza implicativa – como as regras, os valores e os sinais – procedem da ação executada em comum e dirigida sobre a natureza, porém os três ocasionam relações que ultrapassam a causalidade e constituem implicações.

Importa neste momento fazer uma pergunta pertinente: como as diversas teorias sociológicas unem as conexões causais às implicações?

Piaget lembra que as teorias psicológicas oscilam entre a causalidade e a implicação, segundo se aproximem ao tipo organicista, ao tipo lógico e ao tipo operatório. Do mesmo modo, as explicações sociológicas oscilam entre o recurso aos fatores materiais (população, meio geográfico e produção econômica), à consciência coletiva e à explicação operatória que liga as relações de implicação às ações causais.

A explicação de Durkheim estaria centrada tanto nas implicações (normas, regras e signos) quanto sobre a ação material (a ação do todo social sobre os indivíduos). A causalidade social se reduz à coação social, que é a pressão dos grupos sobre os indivíduos; a implicação se refere à consciência coletiva, que são as representações produzidas pela vida social (normas, valores, signos, símbolos). A causalidade inerente à ação do todo social sobre os indivíduos e o sistema das implicações da consciência coletiva forma um todo simultâneo.

A inconsistência da explicação de Durkheim reside, segundo Piaget, no fato de ela situar, desde o começo, as implicações e as causas materiais num mesmo plano, em lugar de proceder a uma análise dos diversos tipos e níveis de interações que podem ser heterogêneas e apresentar relações variadas entre seus elementos de causalidade e seus elementos de implicação.

A explicação de Pareto parece postular uma origem essencialmente causal, pois o equilíbrio social está condicionado a uma composição de forças materiais. O problema é que, para esse autor, tais forças se reduzem a espécies de tendências instintivas, que se manifestam na consciência dos indivíduos sob a forma de sentimentos e ideias, isto é, de implicações. Essas tendências afetivas ou de interesses são permanentes e representam não somente causas, mas também valores (implicações). Assim, para Pareto, como para Durkheim, as causas e as implicações são dadas desde o início em proporção constante.

Por outro lado, a explicação de Karl Marx tem como base a análise das interações, nas quais se levam em conta os fatores de causalidade e de implicação, em dosagens distintas, segundo os diferentes níveis da organização societária.

O ponto de partida da explicação marxista é causal: são os fatores de produção, enquanto interação entre o trabalho humano e a natureza, enquanto interação entre os indivíduos na atividade produtiva, que determinam as primeiras formas de grupo social. Entretanto, já desde o início aparece o elemento implicativo ligado aos valores de trabalho. O trabalho é uma ação e a eficácia das ações cumpridas em comum determina um elemento normativo.

Desde o início, o modelo marxista se coloca, pois, sobre o terreno da *explicação operatória*, a conduta do homem em sociedade determinando sua representação e não o inverso, e a implicação se desenvolvendo pouco a pouco de um sistema causal preliminar que ela duplica em parte, mas não substitui. Com a diferenciação da sociedade em classes e com as diversas relações de cooperação (no interior de uma classe) ou de luta e coação, as normas, valores e sinais (inclusive as ideologias) dão lugar a superestruturas diversas (Piaget, 1973 [1965], p. 56, grifo nosso).

Para Piaget, o modelo explicativo marxista se coloca desde o início sobre um terreno de explicação operatória: a conduta do homem em sociedade determinando sua representação, e não o inverso.

Tal constatação poderia conduzir a pensar que o modelo marxista desvaloriza os elementos de implicações que caracteriza a superestrutura, por oposição à causalidade que caracteriza a infraestrutura. Mas isso não é bem verdade. Basta observar a maneira como Marx interpreta o equilíbrio social alcançado pela sociedade quando se instaura o socialismo. Nesta forma de organização societária, as normas e valores morais racionais desempenham um papel importante e decisivo. Assim, os valores culturais, enquanto manifestação das implicações, cumprem um papel cada vez mais crescente nas interações sociais.

Desse modo, contrariamente a Durkheim e a Pareto, que fundem num só todo a causalidade e as implicações normativas, a explicação marxista dissocia o sincrônico e o diacrônico, diferencia as partes respectivas da causalidade e da implicação nos diversos níveis de interações sociais que ela distingue.

Portanto, existiria convergência entre a análise de Piaget e Marx sobre o modo de analisar a relação de gênese e estrutura no desenvolvimento coletivo, contrariamente às análises de Durkheim e Pareto. Seria a explicação operatória a base comum entre Piaget e Marx, pois, para ambos os autores, a organização e reorganização da ação humana (individual e coletiva) passa por conflitos e desequilíbrios profundos até alcançar estados de equilíbrio relativamente estáveis. Além disso, para ambos os autores as relações de implicação se tornam cada vez mais importantes na medida em que os equilíbrios alcançados são mais estáveis. Os leitores de Piaget observarão nesta interpretação a força da

sua teoria da equilibração (1975b) e a importância dos seus trabalhos sobre a contradição (1974) e a dialética (1980), formulados por ele nas últimas décadas de sua vida. É justamente o sociólogo Lucien Goldmann (1972) que de modo transparente utiliza essa teoria para mostrar as transformações que ocorrem nas sociedades. Observamos, no início deste trabalho, que o biólogo Czeslaw Nowinski (1967) também aponta a força da teoria da equilibração de Piaget no avanço da sua concepção dialética e, desse modo, na convergência com o método de análise de Karl Marx.

A Centração e Descentração na Formação das Representações Coletivas (das ideologias e da ciência)

A possibilidade de alcançar objetividade na interpretação do mundo físico e social depende da atividade do pensamento que supera a tendência humana de considerar a realidade exterior a partir dos anseios e interesses do eu ou do próprio grupo social. Essa tendência é maior nas formas mais elementares de conhecimento, tanto no indivíduo como nas coletividades. Nesse sentido, torna-se necessário fazer a análise comparativa do desenvolvimento individual e coletivo, pois nesse domínio de investigação podemos encontrar novas coincidências entre a concepção de Piaget e Marx.

A análise sociológica do desenvolvimento do pensamento coletivo conduz a resultados exatamente paralelos ao desenvolvimento do pensamento individual. Assim, em ambos os desenvolvimentos podemos destacar três momentos significativos.

No campo do desenvolvimento individual, o primeiro momento ocorre quando a criança constrói sistemas de ações práticas, que se coordenam de modo flexível e permitem alcançar um começo de descentração ou objetivação. É o momento do acabamento da inteligência prática ou sensorio-motora e da construção prática do mundo real. O segundo momento se inicia quando a criança alcança a atividade representativa e assimila a realidade ao próprio ponto de vista. É o momento em que a atividade adaptativa da criança, no plano da representação, exprime explicações animistas, artificialistas e realistas dos fenômenos físicos e sociais. No terceiro momento, a assimilação do real a esquemas coordenados num sistema operatório de conjunto determina a descentração em relação ao eu.

A evolução do conhecimento individual não consiste somente numa integração direta e simples dos esquemas iniciais nos esquemas ulteriores, mas numa inversão gradual de sentido que retira o privilégio do próprio ponto de vista, para inseri-lo num sistema que o subordina à reciprocidade de todos os pontos de vista, garantida pelas operações.

Por outro lado, no pensamento coletivo, de maneira análoga ao pensamento individual, podem-se distinguir três momentos essenciais de construção: num primeiro momento existem, nas diversas sociedades humanas, as técnicas ligadas ao trabalho material e às ações que o homem exerce sobre a natureza; são relações suscetíveis de eficácia e,

consequentemente, de objetividade, mas relações cuja tomada de consciência permanece parcial, porque ligada aos resultados obtidos e não à compreensão das conexões recíprocas entre os estados pelos quais passam as transformações. Num momento posterior, existe um pensamento científico ou operatório, que prolonga em parte as técnicas, porém as completa acrescentando uma compreensão das relações e, principalmente, acrescentando ações coordenadas em sistemas de composição, que são as operações de cálculo, de dedução e de explicação.

A ciência moderna constitui a expressão mais clara do processo de objetivação do mundo. A física de Galileu e a causalidade cartesiana representam as conquistas iniciais mais significativas da atividade operatória do homem na explicação dos fenômenos da natureza.

Entre a técnica e a ciência nem sempre existiu uma sucessão imediata. Pelo contrário, sempre se inseriu um meio termo, cujo papel foi às vezes obstáculo ao conhecimento científico: é o conjunto das formas coletivas de pensamento, nem técnicas nem operatórias, procedendo por simples especulação. Essas formas de pensamento são as ideologias de todos os gêneros, cosmogônicas ou teológicas, políticas ou metafísicas, que se estabelecem entre as representações coletivas mais primitivas e os sistemas reflexivos mais refinados (Piaget, 1972).

É importante destacar que esse meio termo é essencialmente sociocêntrico, centrado nos valores dominantes de uma sociedade ou de uma classe social, diante do qual o pensamento científico, como o pensamento operatório individual, precisa descentrar-se.

Ora, o resultado mais importante das análises sociológicas conduzidas sobre este meio termo, nem técnico e nem operatório, do pensamento coletivo, foi mostrar que ele é essencialmente sociocêntrico, enquanto que a técnica e a ciência constituem duas espécies de relações objetivas entre os homens em sociedade e o universo; a ideologia sob todas as suas formas é uma representação das coisas centrando o universo sobre a sociedade humana, sobre suas aspirações e sobre seus conflitos (Piaget, 1973 [1965], p. 79).

Assim, podemos formular que a hipótese de Piaget sobre o desenvolvimento coletivo do conhecimento exige, inevitavelmente, um processo de descentração, análogo ao pensamento individual.

Assim como o advento do pensamento operatório supõe, no indivíduo, uma descentração em relação ao pensamento egocêntrico e ao eu, descentração necessária para permitir à operação prolongar as ações das quais ela procede, assim também o pensamento científico exigiu sempre, no desenvolvimento social, uma descentração necessária para permitir ao pensamento científico continuar a obra das técnicas na qual coloca suas raízes (Piaget, 1973 [1965], p. 79).

A sociologia operatória de Marx liga a ciência às técnicas e fornece às ideologias um importante instrumento crítico. Permite descobrir o elemento sociocêntrico até nos produtos mais refinados do pensamento metafísico contemporâneo.

Assim, para ambos os autores, a objetividade perseguida pelo pensamento científico se subordina a uma condição preliminar: descentração dos conceitos em relação às ideologias superestruturais e sua relação com as ações concretas sobre as quais repousa a vida social.

Nada é mais significativo no que concerne à necessidade desta descentração fundamental, que comparar as concepções idealistas do desenvolvimento coletivo (tal como a lei dos três estados de Augusto Comte, tornada a teoria da consciência coletiva em Durkheim) aos conceitos marxistas da infraestrutura técnica e da superestrutura ideológica, inspirados pelo sentimento vivo dos desequilíbrios e dos conflitos sociais. Esses três autores concordam quanto ao caráter sociocêntrico das ideologias, mas enquanto Comte e Durkheim veem na ciência o prolongamento natural do pensamento sociomórfico, uma sociologia operatória como a de Marx reúne, pelo contrário, a ciência à técnica e fornece, quanto às ideologias, um remarcável instrumento crítico, permitindo descobrir o elemento sociocêntrico até nos produtos mais refinados do pensamento metafísico contemporâneo. *Subordina assim a objetividade perseguida pelo pensamento científico a uma condição preliminar e necessária, que é a descentração dos conceitos em relação às ideologias superestruturais, e sua relação com as ações concretas sobre as quais repousa a vida social* (Piaget, 1973 [1965], p. 80, grifo nosso).

Diferentemente do idealismo de Durkheim e das formas individualistas de tratar o problema, para Piaget a concepção essencialmente concreta de Karl Marx forneceria, sobre o problema das ideologias e das formas racionais de pensamento coletivo, um quadro que converge com os dados da psicogênese do conhecimento. Segundo Piaget, portanto, o mérito de Marx foi ter distinguido nos fenômenos sociais uma infraestrutura efetiva e uma superestrutura que oscila entre o simbolismo e a tomada de consciência adequada, no mesmo sentido em que a psicologia é obrigada a distinguir comportamento efetivo e consciência.

Para Marx, a infraestrutura constitui as ações efetivas ou as operações, consistindo em trabalho e em técnica que unem os homens em sociedade à natureza. Essas relações são relações materiais de produção, onde existem trocas entre o homem e as coisas, entre os sujeitos ativos e os objetos.

É essa atividade do sujeito em interdependência com as reações dos objetos que, segundo Piaget, caracteriza essencialmente a posição dita *dialética* de Marx, por oposição ao materialismo mecanicista, que atribui um papel receptivo ou passivo aos sentidos.

Por outro lado, segundo Piaget, a superestrutura social é para a infraestrutura o que a consciência do homem individual é para sua conduta. Assim como a consciência individual pode ser ou uma apologia de si mesma – uma transposição simbólica ou um reflexo inadequado do comportamento – ou um pensamento que conquista a realidade, assim também a superestrutura social oscilará entre a ideologia e a ciência.

Se a ciência prossegue e reflete a ação técnica sobre o plano do pensamento coletivo, a ideologia constitui essencialmente, pelo contrário, um simbolismo sociocêntrico, centrado não sobre a sociedade inteira, que está dividida e sujeita às oposições e à luta, mas sobre subcoletividades que são as classes sociais com seus interesses (Piaget, 1973 [1965], p. 88).

É sobre a análise sistemática desse simbolismo ideológico que se debruçaram os discípulos contemporâneos de Karl Marx.

As pesquisas de L. Goldmann (1970; 1972), que prolongam as pesquisas de G. Lukacs, mostram que a criação dos grandes sistemas especulativos constitui essencialmente a satisfação pelo pensamento de necessidades dominantes relativas ao desenvolvimento de uma classe social durante determinado período da história das sociedades nacionais. É assim que, segundo esse autor, a luta da burguesia europeia contra o feudalismo e, depois, sua libertação comportaram a constituição de certo número de ideais que dominam todo o pensamento metafísico ocidental.

Esse modo de análise é de extrema importância, pois, do ponto de vista sociológico, permite fornecer uma interpretação adequada das ideologias e de sua extensão real, evitando um duplo abuso: situando-as no mesmo plano que o pensamento científico ou as depreciando e as despidendo de toda sua significação funcional.

Na realidade, uma ideologia é a expressão conceituada dos valores nos quais creem um conjunto de indivíduos; como tal, preenche uma função ao mesmo tempo positiva e bem distinta daquela da ciência. A ideologia traduz uma tomada de posição que ela defende ou procura justificar, enquanto a ciência constata e explica.

Conclusões

1. Diante das concepções sociológicas correntes – esquema atomístico e esquema da emergência – sobre a relação indivíduo e sociedade, Piaget se propõe a interpretar a sociedade como sistema de relações ou interações entre indivíduos. Nesse sentido, entre o pensamento de Piaget e Marx existiria um ponto de partida comum: a concepção relacional da realidade social. Essa visão, de herança hegeliana, permite sustentar a indissociabilidade entre indivíduo e sociedade.

2. Diferentemente das concepções teóricas idealistas, para Piaget a consciência e as representações individuais e coletivas se explicam pela ação material do homem sobre os objetos (no sentido epistemológico do termo). Para Marx, as relações de trabalho do homem sobre a natureza explicam as formas que assumem as suas representações sociais. Assim, para ambos os autores existe uma explicação operatória da consciência e das representações sociais, o que permite superar a visão mecanicista do materialismo vulgar.

3. Na perspectiva de superar as dificuldades de integrar sincronia e diacronia no campo sociológico, Piaget salienta a concepção de Marx no sentido de levar em conta os conflitos ou desequilíbrios sociais

como formas prévias aos estados de equilíbrio alcançados pelas sociedades, bem como da sucessão dos fatores de causalidade e de implicação segundo os diferentes níveis de organização das interações sociais. O ponto de partida da explicação marxista é causal: são os fatores de produção, enquanto interação entre o trabalho humano e a natureza, que determinam as normas e as formas de representação social; contudo, na medida em que a sociedade assume formas mais equilibradas (socialismo) é o aspecto implicativo que se mostra mais importante.

4. No que diz respeito à questão da subjetividade ou objetividade das representações sociais, é importante reconhecer que, para Piaget, o meio termo, que se instala entre a técnica e as formas racionais de representação, é a ideologia que se expressa de diversas formas. Contrariamente a isso, observa Piaget que para Marx a objetividade perseguida pelo pensamento científico se subordina a uma condição preliminar: descentração dos conceitos em relação às ideologias superestruturais e suas relações com as ações concretas sobre as quais repousa a vida social.

5. Em virtude de um primeiro levantamento das aproximações entre os pensamentos científicos de Marx e Piaget, faz-se necessário um estudo mais sistemático do pensamento sociológico de Marx. Esse estudo nos permitirá verificar, em bases mais sólidas, a pertinência das nossas suposições.

É preciso continuar a pesquisa comparativa entre esses dois autores, pois isso possibilitará entender melhor as verdadeiras diferenças e aproximações entre eles, além de permitir avançar no melhor entendimento da realidade social na sua interface com os processos individuais.

6. É evidente que o maior esclarecimento dos processos sociológicos, notadamente da sua relação com a formação das representações sociais e do conhecimento, possibilitará a crítica mais objetiva da educação tradicional e a organização de propostas educacionais fundadas em relações cooperativas e democráticas, envolvendo as ações de todos os indivíduos, progressivamente descentrados.

Recebido em 13 de dezembro de 2015
Aprovado em 23 de maio de 2017

Referências

- DE LA TAILLE, Yves. O Lugar da Interação Social na Concepção de Jean Piaget. In: DE LA TAILLE, Yves; OLIVEIRA, Marta Kohl; DANTAS, Heloysa. **Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Summus, 1992. P. 11-21.
- DONGO-MONTOYA, Adrian. Significado de los Factores Sociales y Culturales en el Desarrollo Cognitivo. **Revista de Investigación en Psicología**, Lima, Peru, Universidad Nacional Mayor de San Marcos, v. 12, n. 2, p. 227-237, 2009.
- DONGO-MONTOYA, Adrian. Individuo e Sociedade na Formação da Razão. In: Carvalho, Sebastião Marcos; Bataglia, Patrícia Unger (Org.): **Psicologia e Educação: temas e pesquisas**. Marília: Cultura Acadêmica, 2012. P. 15-32.

- DONGO-MONTOYA, Adrian. Sociedade e Conhecimento: questões e postulados sociológicos na teoria de Piaget. **Schème – Revista Eletrônica de Psicologia e Epistemologia Genéticas**, São Paulo, v. 6, n. especial, p. 80-103, nov. 2014.
- FREITAG, Bárbara. **Sociedade e Consciência: um estudo piagetiano na favela e na escola**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1984.
- GOLDMANN, Lucien. **Marxisme e Sciences Humaines**. Paris: Gallimard, 1970.
- GOLDMANN, Lucien. **A Criação Cultural na Sociedade Moderna**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971.
- GOLDMANN, Lucien. Epistemologia de la Sociología. In: PIAGET, Jean. **Lógica e Conhecimento Científico**. Buenos Aires: Proteo, 1972.
- GOLDMANN, Lucien. **Ciências Humanas e Filosofia**. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.
- HABERMAS, Jürgen. **Para a Reconstrução do Materialismo Histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. In: ERICH FROMM. **Conceito Marxista do Homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. P. 81-170.
- MARX, Karl. **A Ideologia Alemã (Feuerbach)**. São Paulo: Grijalbo, 1977a.
- MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977b.
- NOWINSKI, Czeslaw. Biologie, Théories du Développement et Dialectique. In: PIAGET, Jean (Ed.). **Logique et Connaissance Scientifique**. Paris: Encyclopédie de la Pléiade (Gallimard), 1967. P. 862-892.
- OLLMAN, Bertell. **Alienación**. Marx y su Concepción del Hombre en la Sociedad Capitalista. Buenos Aires: Amorrortu, 1975.
- PIAGET, Jean. **Epistémologie des Sciences de l'Homme**. Paris: Gallimard, 1972.
- PIAGET, Jean. **Estudos Sociológicos**. Rio de Janeiro: Forense, 1973 [1965].
- PIAGET, Jean. **Recherches sur la Contradiction**. Paris: P.U.F. (Etudes d'Epistemologie Génétique; 31; 32), 1974.
- PIAGET, Jean. **Introducción a la Epistemología Genética: el pensamiento biológico, psicológico e sociológico**. Buenos Aires: Paidós, 1975a.
- PIAGET, Jean. **L'Équilibration des Structures Cognitives: problème central du développement**. Paris: P.U.F. (Etudes d'Epistemologie Génétique; 33), 1975b.
- PIAGET, Jean. **La Naissance de l'Intelligence chez l'Enfant**. Paris: Delachaux et Niestlé, 1977.
- PIAGET, Jean. **A Construção do Real na Criança**. São Paulo: Ática, 1996.
- PIAGET, Jean; GARCIA, Rolando. **Les Formes Élémentaires de la Dialectique**. Paris: Gallimard, 1980. (publicado em português: *As formas elementares da dialética*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996).

Adrian Oscar Dongo-Montoya é professor titular do Departamento de Psicologia da Educação da Universidade Estadual Paulista (UNESP).
E-mail: dongomontoya@hotmail.com